



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS
7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Informações contábeis ambientais: uma análise da empresa Vale S.A. antes e depois do maior desastre ambiental do Brasil

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo analisar as informações de natureza ambiental contidas nas demonstrações contábeis divulgadas pela empresa Vale S.A. em seu sítio eletrônico, entre os períodos de 2011 a 2016, com o intuito de verificar se ocorreram alterações significativas nessas divulgações após um dos maiores desastres ocorrido no Brasil, o rompimento da Barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco, controlada da Vale S.A. e BHP. A pesquisa justifica-se na evidencição das motivações que levam as empresas a divulgarem as informações ambientais, bem como as mudanças nas demonstrações contábeis após um fato pontual. Para tanto, foi realizado um estudo qualitativo com análise de conteúdo e análise documental, mediante interpretação das demonstrações contábeis da empresa Vale S.A. divulgadas pela mesma, além da pesquisa bibliográfica e a realização da pesquisa descritiva. Os resultados apontaram que mesmo após o acidente da Barragem de Fundão em 2015, no município de Mariana-MG, não houve alterações significativas, tanto na frequência quanto no conteúdo, nas demonstrações da empresa Vale S.A. A empresa, no entanto, informou em notas explicativas que os reflexos nas demonstrações ainda não poderiam ser divulgados, por não terem estimativas de valores reais.

Palavras-chave: Demonstrações; Ambientais; Sustentabilidade; Fundão; Vale.

Linha Temática: Demais temas relevantes em contabilidade – Responsabilidade Social e Ambiental.



1 INTRODUÇÃO

Muitas empresas contribuem, em maior ou menor escala, para as catástrofes ambientais que se vivenciam atualmente, uma vez que as organizações são as principais exploradoras de recursos naturais. Considerando-se que, na natureza, nada se cria, tudo se transforma, estes recursos estão se tornando cada vez mais escassos e estas alterações ambientais estão tendo por consequência desastres naturais que, por sua vez, acabam resultando em tragédias para as sociedades, seja no aspecto local, regional ou nacional.

Pela intensificação destes problemas de natureza ambiental, surge a preocupação da relação do homem com o meio ambiente. Para Freitas (2012), ao que tudo indica, nos próximos milhões de anos, a humanidade corre o real perigo de não existir mais, e a crise ambiental vivida atualmente intensifica-se quando se fala nos malefícios de toneladas de gases tóxicos que são soltos na atmosfera, causando assim um prejuízo à sustentabilidade da vida.

Já Braga (2007) afirma que devido à tamanha importância do meio ambiente para a preservação da vida humana, informações sobre ele devem ser inseridas no âmbito da responsabilidade social das empresas, seja pelo processo educacional, pela descartabilidade de recursos, pela prevenção e retomada de impactos, ou pela preservação da existência humana e da relação entre seres humanos e natureza.

Notícias sobre desastres ambientais surgem na mídia frequentemente, e muitas delas, relacionadas a empresas, acabam repercutindo por anos. Recentemente, em matéria veiculada pelo Jornal Valor Econômico, foram noticiados os reflexos após o vazamento de petróleo que ocorreu no golfo do México em 2010, devido à explosão de uma plataforma, a qual matou 11 pessoas, derramando cerca de 4 milhões de barris de petróleo no mar, prejudicando a pesca local e danificando os recursos hídricos da região. Além dos desastres naturais, a empresa *British Petroleum* foi condenada em julho de 2015, a indenizar o governo dos Estados Unidos e mais cinco estados em 58,9 bilhões de reais, um prejuízo considerável financeiramente.

Diante disso a preocupação com o meio ambiente já faz parte do cotidiano das pessoas. As modificações que vêm ocorrendo no planeta são consequências dos danos que foram sendo causados à natureza durante séculos. Por isso, algumas mudanças com o intuito de diminuir esses danos passaram a ocorrer na sociedade. Assim, a contabilidade, enquanto instrumento de comunicação entre empresas e sociedades, também passa a estar inserida na causa ambiental.

Segundo Rover e Borba (2006), as empresas, pressionadas pela sociedade, passaram a investir em procedimentos que ajudem a preservar o meio ambiente. Ressaltam, ainda, que esta preocupação com os impactos ao ambiente refletem nas informações divulgadas, pois a contabilidade contribui para o relato e a evidenciação das informações ambientais, já que estes devem representar a real situação patrimonial.

Tendo como princípio que a contabilidade visa atingir ao seu objetivo por completo, orientando seus usuários nas tomadas de decisões, dentro ou fora da empresa, passa a desempenhar mais uma função: criar estratégias de se obter a continuidade das entidades, por intermédio da otimização dos lucros, mas com preocupações relativas à preservação do meio ambiente.

Pires e Silveira (2008) afirmam que as informações de caráter econômico e financeiro, dos demonstrativos financeiros tradicionais, não são mais suficientes, pois a sociedade tem se interessado cada vez mais pelas informações relacionadas ao ambiente no qual as empresas estão inseridas.



Ferreira, Ferreira e Borba (2016) afirmam que, mesmo não sendo obrigatório a divulgação das informações ambientais nos relatórios, existem organizações e normas preocupadas com esta questão, porém a publicação está relacionada com pontos da gestão, ao definirem primordiais ou não estas informações. Oleiro e Schimidt (2016) afirmam que as empresas, sendo as grandes responsáveis pelos impactos ambientais, devem ter no mínimo preocupação em divulgar as ocorrências de seu modo de produção que reflitam diretamente no meio ambiente.

Tendo em vista o exposto, a presente pesquisa visa responder à seguinte problemática: Quais foram as informações de natureza ambiental divulgadas nos relatórios contábeis pela empresa Vale S.A., no período anterior e posterior ao acidente ocorrido na região de Mariana-MG, em 2015?

O objetivo do trabalho é analisar as informações de natureza ambiental contidas nas Demonstrações Contábeis divulgadas pela empresa Vale S.A., entre os períodos de 2011 a 2016, com o intuito de verificar se ocorreram alterações significativas nessas divulgações após o rompimento da Barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco, controlada pela Vale S.A. e BHP.

A pesquisa justifica-se na evidenciação das motivações que levam as empresas a divulgarem as informações ambientais, bem como as mudanças nas demonstrações contábeis após um fato pontual. Wink (2012), ao analisar uma empresa do setor de mineração, ligada às várias notícias de acidentes ambientais, no período de 2004 a 2010, percebeu uma mudança de discurso dos Relatórios de Sustentabilidade da empresa, o qual a temática de preservação ambiental tornou-se relevante diante do cenário, ocupando lugares antes dedicados apenas à descrição de atividades operacionais.

Para isso, foi realizado um estudo qualitativo com análise de conteúdo e análise documental, mediante interpretação das demonstrações contábeis da empresa Vale S.A. por ela divulgadas, além da pesquisa bibliográfica, que envolveu leituras sobre o tema proposto a fim de colher informações importantes para o artigo e, finalmente, a realização da pesquisa descritiva.

Na próxima seção, serão apresentados os aspectos teóricos e a revisão da literatura sobre os assuntos abordados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando-se os aspectos levantados na introdução, essa seção apresentará os principais aspectos teóricos sobre a relação entre demonstrações contábeis e sustentabilidade, além de estudos relacionados à temática do artigo.

Logo a contabilidade, que tem por objetivo analisar e controlar o patrimônio das empresas, a fim de fornecer informações úteis nas tomadas de decisões, adquiriu recentemente mais uma função: fornecer dados para gestão e conservação do meio ambiente, afinal, esse é um bem comum que precisa ser preservado para as gerações futuras.

A preocupação com o meio ambiente repercutiu na sociedade por volta de 1970, em que finalmente a sociedade da época deu conta dos reflexos negativos que a poluição estava causando ao meio ambiente e, diante disso, as empresas passaram a procurar formas de interagir melhor com as questões sociais e ambientais, visto que, de acordo com Tinoco e Kraemer (2008), estas, devem ser transparentes quanto às suas divulgações no que se refere à inserção em todos os contextos, seja nas esferas econômicas, financeiras, sociais, ambientais



bem como em tudo que diz respeito à responsabilidade pública, atendendo assim todas as demandas de seus clientes e parceiros.

Desde então, passou-se a pensar num modo de satisfazer, não apenas os interesses dos acionistas e proprietários, mas toda a sociedade. Assim Bauer e Naime (2012, p. 42) “[...] A contabilidade, com o objetivo de manter atualizada a geração de informações aos usuários, especializou-se. Além de proporcionar informações fiscais, financeiras e de gestão, passou a gerar, através da contabilidade ambiental, informações de cunho social e ambiental.”.

Dessa forma, pode se observar que a prática da contabilidade sustentável através das demonstrações contábeis não acarreta benefícios apenas para o meio ambiente, mas também auxilia com a conscientização da população referente aos problemas ambientais.

Além disso, estas empresas ganham mais visibilidade e preferência dos consumidores e, conseqüentemente, dos investidores. Justamente por isso, as empresas estão se munindo em estratégias de negócios, referentes ao desenvolvimento sustentável como ferramenta e diferencial competitivo, transformando custos em oportunidades.

A seguir serão discutido a relação entre a contabilidade e sustentabilidade, de modo a esclarecer e proporcionar melhor análise desta relação.

2.1 CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

Após a apresentação do referencial teórico e do contexto da sustentabilidade de modo geral, nesta seção abordaremos de forma mais detalhada a relação entre contabilidade e sustentabilidade.

Por ser considerada uma ciência social, a contabilidade, deixa de ser vista apenas como cumpridora de leis fiscais, passando a ser reconhecida como principal aliada na geração de informações para tomada de decisão pelas grandes e pequenas empresas. O impacto desta nas atividades empresariais passou a ser direto, fornecendo informações não apenas econômicas mais também sustentáveis. Neste sentido Frores e Flores (2012), afirmam que o termo sustentabilidade é utilizado para ações que tem como foco principal a preservação das próximas gerações, pois a continuidade futura da espécie humana depende dos atuais cuidados do homem no sentido de preservar os recursos naturais. Oliveira (2005), afirma que não há uma definição consensual de responsabilidade social no âmbito empresarial, muito menos uma lista de fazeres para que estas se tornem socialmente responsável, porém a responsabilidade social envolve transparência e ética, numa gestão envolvida com preocupações sociais e ambientais.

Complementando essa idéia, Novelini e Fregonasi, (2013, p. 89) afirmam que “[...] esse conceito leva a não prejudicar o meio ambiente e ao envolvimento das empresas com as comunidades a elas vinculadas. [...]”. Já Bauer e Naime (2012, p. 41), ressaltam que a expressão Sustentabilidade ganha novos sentidos: "As empresas devem atuar garantindo a preservação ambiental, a justa distribuição das riquezas ou a equidade social, além de sua eficiência econômica."

Atualmente, devido aos consumidores estarem cada vez mais engajados na sustentabilidade, tornou-se necessário a divulgação das demonstrações contábeis apresentando à sociedade não apenas números, mas também seus atos e conseqüências em relação ao meio ambiente. Segundo Carneiro, Luca e Oliveira (2008, p. 41):

[...] a contabilidade surge como ferramenta estratégica a disposição da entidade para estabelecer um canal de comunicação com a sociedade, permitindo identificar e



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

mensurar os eventos ambientais, processar e gerar informações que subsidiem os usuários, servindo como parâmetro de tomadas de decisão necessária para o processo de gestão ambiental.

Neste sentido, Novelini e Fregonasi (2013), complementam ainda que, vem crescendo a conscientização por parte das empresas no desempenho sustentável, e cada vez mais, elas vem se esforçando para alcançar não apenas o reconhecimento financeiro, mas também o desempenho sustentável, construindo assim, imagem institucional vinculada à sustentabilidade.

Contudo, a lei nº 11.638/07 que alterou alguns dispositivos da lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) determinou nova relação de demonstrações contábeis obrigatórias para as companhias abertas, sendo que não consta na referida lista a obrigatoriedade do Balanço Social.

Desta forma, a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental é um documento de elaboração voluntária, cuja constituição é regida pela NBC-T 15, sendo que cabe as empresas realizarem sua divulgação apenas se lhes forem conveniente.

Isto posto, cabe salientar que as empresas socialmente responsáveis que passaram a demonstrar além dos aspectos econômicos das suas operações, a preocupação com as questões sociais e ambientais, conseguem fortalecer a sua imagem institucional, e consequentemente, atraem mais consumidores e investidores, aumentando a competitividade e harmonia entre os seus interesses econômicos com os interesses da comunidade em que estão inseridas.

2.2 RELATÓRIOS CONTÁBEIS E DE SUSTENTABILIDADE

Considerando breve contextualização da relação entre contabilidade e sustentabilidade, nesta seção será abordado os relatórios contábeis e de sustentabilidade, bem como suas evoluções.

Em que pese o fato da contabilidade estar passando por várias alterações, a fim de atender e demonstrar melhor as informações, não somente de caráter financeiro, mas também social das empresas, existem alguns desafios para os profissionais desta área, visto que a legislação brasileira não impõe a publicação de relatórios contábeis de cunho social.

Por volta de 1970, quando a sociedade da época começou a se preocupar com os reflexos negativos que a poluição estava causando ao meio ambiente, surgiu a ideia das empresas tentarem demonstrar seus princípios socioambientais.

Desta forma, em 1971 a Companhia Alemã Steag produziu a primeira ideia de relatório social, contudo o marco na história dos balanços sociais ocorreu somente em 1972, na França, onde a mesma Companhia publicou o primeiro Balanço Social da história das empresas.

No Brasil, somente por volta da década de 1980, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social [Fides] elaborou um modelo de Balanço Social, sendo que em 1984 a empresa Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, publicou o primeiro Balanço Social brasileiro.

No entanto, salienta-se que a lei nº 11.638/07 alterou alguns dispositivos da lei 6.404/76, determinando uma nova relação de demonstrações contábeis obrigatórias para as companhias abertas, sendo que não consta na referida lista a obrigatoriedade do Balanço



Social, ou seja, a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental é um documento, cuja a elaboração, é desde sempre, voluntária.

Ainda cabe ressaltar que recentemente houve uma enorme contribuição à padronização das informações contábeis de cunho social e ambiental, sendo este o surgimento da NBC-T 15 em 2004, cujo o objetivo é padronizar a forma de demonstrar a participação e a responsabilidade social das empresas para a sociedade.

Conforme a NBC-T 15 (2004):

15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

Neste sentido, o Balanço Social de acordo com Tinoco (2001, p. 14), “[...] é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários”,

Ou seja, nada mais é do que a divulgação da gestão econômica e social da entidade. Já Freire e Rebouças (2001), afirmam que o balanço social pode ser utilizado como um relatório de grande cunho de informações, permitindo melhor tomada de decisão, pois, o mesmo apresenta informações sociais de grande importância, de caráter social para os empregados (salários e benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parques, praças, meio ambiente etc.).

Nesta mesma linha, surgiu então a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que é uma estratégia adotada por algumas empresas, a fim de potencializar seu desenvolvimento, uma vez que, o mesmo tem o intuito da divulgação de informações sociais e ambientais das atividades exercidas. Desta forma, os relatórios de sustentabilidade se tornaram um meio de comunicação entre a empresa e sociedade, onde a própria empresa se torna responsável pela sua imagem.

Assim sendo, a fim de criar uma forma aberta, clara e uniforme, com uma linguagem padrão, e modelo de formas para demonstrarem os indicadores que medem as evoluções econômicas, sociais e ambientais das empresas para o avanço do desenvolvimento sustentável, surgiu em meados de 1997, o Global Reporting Initiative (GRI), sendo está, uma instituição global e independente, sem fins lucrativos, que se tornou responsável pela criação de uma estrutura mundialmente aceita para mensurar o desempenho sustentável de empresas.

No o mesmo ano de seu surgimento, a GRI apresentou a primeira versão das suas Diretrizes: a G1, que foi utilizada na época por cerca de 20 empresas no mundo. Em 2002, a GRI apresentou a G2, que acabou sendo reconhecida no Rio+10 como uma das soluções para a sustentabilidade, assim sendo, mais empresas começaram a utilizar o padrão. Já em 2006, a GRI lançou a G3, que demonstrou um número consideravelmente maior de empresas adepts ao modelo, inclusive as empresas brasileiras. Em 2011, a GRI lançou a G3.1, sendo que está passou a conter mais itens relacionados a questão de gênero, direitos humanos e comunidade. Por fim, em 2013, a GRI lançou sua versão mais recente, com tradução também para o português.

Em entrevista a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo [FIESP] (2014), Terreo, representante da Global Reporting Initiative [GRI] no Brasil, afirmou que as mudanças da G1 para G3 possibilitaram maior clareza e materialidade nos temas, através da criação de protocolos, que possibilitaram a utilização mais significativa por parte das empresas. Terreo ainda salientou que “Do G3 para G4, houve um incremento na qualidade técnica dos indicadores e protocolos, prescritividade da materialidade e cadeia de fornecedores.”

Frise-se que embora esteja ocorrendo vários avanços e tentativas de padronizar os relatórios que demonstram as informações socioambientais das empresas, também não há prescrição na lei 6.404/76 de obrigatoriedade na publicação de tais informações, desta forma, a elaboração bem como a publicação desses relatórios também é voluntária.

2.3 AS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Com base na evolução das informações sustentável no âmbito contábil, seguiremos abordando sobre o cunho destas informações ambientais dentro das demonstrações contábeis.

Com a preocupação da transparência das informações e suas constantes mudanças, principalmente referente às questões ligadas a sustentabilidade, surgiu à necessidade das divulgações das informações relacionadas às questões ambientais e sociais nos relatórios contábeis, mostrando claramente os investimentos, ganhos, perdas e desastres das empresas em relação a esse assunto.

Com isso surge a contabilidade ambiental, definida por Bauer e Naime (2012, p.43) “[...] como um sistema de informação que objetiva prestar informações sobre a degradação do capital natural, em função das atividades das empresas e, acima de tudo, sobre as ações implantadas para evitar a rarefação dos elementos naturais.”.

O Conselho Federal de Contabilidade [CFC] através das Normas Brasileiras de Contabilidade [NBC-T 15] (2004) dispõe as seguintes instruções sobre as informações a serem divulgadas na interação da empresa com o Meio Ambiente:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

A NBC-T 15 (2004) ainda prevê que as informações de cunho social e ambiental, quando divulgadas, devem ser apresentadas como informações complementares às demonstrações contábeis, não podendo ser confundidas com as notas explicativas, bem como estas devem ser apresentadas com efeito comparativo, ou seja, devem conter informações do exercício atual e do exercício anterior.



Contudo, o Comitê de Pronunciamento Contábeis, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 25, ressalta que todas as obrigações que surgem de eventos passados, independentes de ações futuras, devem ser provisionadas inclusive as penalidades de danos ilegais ao ambiente.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE O TEMA: INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E MEIO-AMBIENTE

Após esboço sobre a evolução da contabilidade e sua relação com a sustentabilidade, nesta seção serão apresentados trabalhos realizados anteriormente sobre o tema, as quais embasaram nossa pesquisa, bem como suas respectivas conclusões.

Tema muito discutido atualmente, a relação entre informações contábeis e meio-ambiente vem ganhando notoriedade no meio acadêmico. Muitos estudos vêm sendo desenvolvidos com essa temática. Fundamentando nosso projeto de pesquisa, o artigo *Disclosure* ambiental: uma análise das informações ambientais nas demonstrações financeiras da Petrobrás no período de 2007 a 2012, publicado por Mello, Cesaro, Necher e Reis (2014), faz uma análise das informações ambientais nas demonstrações financeiras da empresa Petrobrás, examinando o nível de *disclosure* ambiental da empresa. Como resultado, evidenciaram predominância das informações classificadas como neutras, ou seja, informações que não agregam, nem prejudicam em nada a imagem da empresa.

Teotônio, Estival, Oliveira e Correa (2013), em O papel da contabilidade na evidencição da responsabilidade socioambiental, descreveram em uma pesquisa bibliográfica, instrumentos contábeis importantes na divulgação dos impactos ambientais causados pelas empresas. Evidenciaram a contabilidade ambiental como principal ferramenta para mensurar os impactos causados ao meio ambiente.

Outro estudo inspirador foi a artigo de dissertação: Reação aos acidentes ambientais: evidências em uma empresa de mineração do mercado brasileiro, apresentada no programa de pós-graduação em Recife por Wink (2012). Este visava analisar a reação de determinada empresa do setor de mineração em relação a acidentes ambientais pertencentes à empresa. Wink (2012) notou que houve mudanças no discurso dos Relatórios de Sustentabilidade e Relatório Anual após os acidentes, porém não observou a mesma mudança quanto as Demonstrações Contábeis.

De forma semelhante, Barbosa, Oliveira, Silva e Rezende (2014), em Evidencição das Informações Ambientais segundo a NBC T-15: Um Estudo nas Empresas do Setor de Papel e Celulose de 2006 a 2010, realizam um estudo em uma empresa de papel e celulose, quanto a conformidade das informações divulgadas referente a interação com o meio ambiente com a NBCT-15, uma vez que estas tem a necessidade de divulgação das informações geradas pela contabilidade ambiental, pelo fato do alto nível no consumo de recursos naturais, e serem altamente poluidoras. Obtiveram como resultado, o uso parcial da norma, já que a maioria das empresas apresentavam apenas os ativos ambientais, deixando de informar, muitas vezes, os passivos ambientais, fato que pode ser explicado pelos benefícios contidos nos ativos ambientais. Interessante ressaltar que a maior parte das informações obtidas foram nos relatórios de sustentabilidade, verificando a necessidade destas informações em demonstrações contábeis.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Concluindo a contextualização do tema da pesquisa, seguiremos agora com a metodologia que utilizamos a pesquisa, na qual se classifica, quanto aos objetivos como bibliográfica e descritiva, com abordagem qualitativa e quanto aos procedimentos na análise documental e análise de conteúdo. As pesquisas descritivas de acordo com Gil (2002, p. 42), “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população [...]”. Cervo, Silva e Bervian (2007), ressaltam que a pesquisa descritiva observa, registra, explica e compara acontecimentos (variáveis) sem modificá-los. Essa pesquisa irá mostrar detalhadamente, a frequência com que um fato ocorre, buscando sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Michel (2009), resalta que a fase inicial da pesquisa busca o levantamento bibliográfico sobre o tema, a fim de levantar informações e subsídios para definir os objetivos, problema de pesquisa e referencial teórico. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa se constitui no contato direto com tudo o que foi publicado sobre o tema pesquisado.

Desta forma, as pesquisas supracitadas, estão diretamente relacionadas com a pesquisa qualitativa, que segundo Michel (2009, p. 37):

[...] não se comprova numérica ou estatisticamente [...], mas convence a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das idéias, pois os fatos em ciências sociais e sua interpretação não podem ficar reduzidas a quantificações frias e descontextualizadas da realidade.

Ainda, conforme Barros e Lehfeld (2007, p. 84), “nesse tipo de pesquisa não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos”.

De acordo com Martins e Theóphilo (2009), a análise documental consiste em extrair de suas fontes dados primários, compilando materiais que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reproduzidos de acordo com os propósitos da pesquisa.

Segundo Silva e Grigolo (2002), a análise documental visa selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor. Marconi e Lakatos (2010) ressaltam ainda que a característica deste tipo de pesquisa está no fato de que toda coleta de dados se restringe a documentos. De forma complementar, este estudo será desenvolvido com utilização da análise de conteúdo, a fim de aprofundar o estudo das informações coletadas.

A análise documental do presente trabalho foi realizada através de consulta das Demonstrações Contábeis, sendo elas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores divulgados pela empresa Vale S.A., entre os períodos de 2011 a 2016, disponibilizadas no sítio eletrônico da empresa.

A coleta de dados foi realizada a partir de busca nos documentos divulgados, por meio das ferramentas de localização nas seguintes palavras-chaves: sustentabilidade, sustentável, sustentáveis, ambiente, ambiental, ambientais, natureza, natural, naturais e naturezas.

As sentenças coletadas quanto ao tipo de notícia divulgada serão classificadas em neutra, positiva e negativa. Na qual, segundo Gray, Kouhy e Lavers (1995 citado por Mello *et al.* (2014), as informações positivas consideradas como créditos para a empresa, informações negativas descredito e neutras informações sem peso positivo ou negativo.

Seguindo, serão apresentados os resultados da pesquisa, bem como as respectivas análises.

4 ANÁLISE DE DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A coleta dos dados foi realizada através de levantamento de palavras-chave, expostas na seção de metodologia, e realizada nos documentos apresentados pela empresa e disponibilizados no site da Vale S.A..

Dentro da pesquisa documental foram observadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores divulgados pela empresa Vale S.A., entre os períodos de 2011 a 2016 nos documentos que integram as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), já que estes se fazem necessários para a Comissão de Valores Imobiliários.

Os itens selecionados para a coleta das palavras dentro das demonstrações, foram os termos que apresentam relação com as questões do meio ambiente, quais sejam: sustentabilidade, sustentável, sustentáveis, ambiente, ambiental, ambientais, natureza, natural, naturais e naturezas.

Verificou-se que a palavra mais frequente foi “ambientais” com 52 divulgações no total, sendo mais constantes nos anos de 2012 e 2015. Contudo, notou-se que as evidenciações “ambientais” no ano de 2011 foram as que menos apareceram no período analisado, sendo que as 6 sentenças constam em notas explicativas:

Tabela 1: Termo "ambientais"

Demonstrações	Ano						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	%
B.P.	0	0	0	0	0	0	0%
DRE	0	0	0	0	0	0	0%
DVA	0	0	0	0	0	0	0%
DMPL	0	0	0	0	0	0	0%
DRA	0	0	0	0	0	0	0%
Notas Explicativas	6	11	6	9	11	9	100%
Parecer dos Auditores	0	0	0	0	0	0	0%
Total de evidenciações	6	11	6	9	11	9	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

A segunda palavra mais citada nas demonstrações da Vale S.A. foi “natureza”, com 54 no total, porém, com significados que fogem ao tema proposto.

A tabela 2 apresenta a análise do termo “natureza”, com maior ocorrência no ano de 2016, sendo 3 sentenças no parecer dos auditores e 9 em notas explicativas. É importante observar que o referido termo no ano 2016, teve prevalência nas notas explicativas.



Tabela 2: Termo " natureza "

	Ano						
Demonstrações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	%
B.P.	0	0	0	0	0	0	0%
DRE	0	0	0	0	0	0	0%
DVA	0	0	0	0	0	0	0%
DMPL	0	0	0	0	0	0	0%
DRA	0	0	0	0	0	0	0%
Notas Explicativas	7	7	9	10	9	9	94%
Parecer dos Auditores	0	0	0	0	0	3	6%
Total de evidenciações	7	7	9	10	9	12	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Porém, notou-se que em 2011 as evidenciações da palavra “natureza”, foram as que menos apareceram neste período, sendo que as 7 sentenças se encontram nas notas explicativas. Já a terceira palavra mais publicada foi “ambiente” com 20 ocorrências, conforme tabela 3:

Tabela 3: Termo "ambiente"

	Ano						
Demonstrações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	%
B.P.	0	0	0	0	0	0	0%
DRE	0	0	0	0	0	0	0%
DVA	0	0	0	0	0	0	0%
DMPL	0	0	0	0	0	0	0%
DRA	0	0	0	0	0	0	0%
Notas Explicativas	2	2	3	3	3	4	85%
Parecer dos Auditores	0	0	0	0	0	3	15%
Total de evidenciações	2	2	3	3	3	7	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Ao analisar o “termo ambiente”, observou-se que houve maior ocorrência no ano de 2016, sendo 7 destas no parecer dos auditores e notas explicativas. Destas, 3 foram consideradas positivas e 1 negativa para a imagem da empresa.

Ao analisar o termo “ambiental”, verificou-se que houve maior ocorrência no ano de 2016, sendo destas, 1 no parecer dos auditores e 3 nas notas explicativas. Destas, 1 foi considerada positiva, 2 foram consideradas neutras e 1 negativa para a imagem da empresa.



Tabela 4: Termo "ambiental"

	Ano						
Demonstrações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	%
B.P.	0	0	0	0	0	0	0%
DRE	0	0	0	0	0	0	0%
DVA	0	0	0	0	0	0	0%
DMPL	0	0	0	0	0	0	0%
DRA	0	0	0	0	0	0	0%
Notas Explicativas	1	1	1	1	2	3	90%
Parecer dos Auditores	0	0	0	0	0	1	10%
Total de evidenciações	1	1	1	1	2	4	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

O termo “natural” houve maior incidência nos anos de 2012, 2013, e 2014, sendo 13 divulgações no seu total, todas em notas explicativas, conforme tabela 5.

Tabela 5: Termo "natural"

	Ano						
Demonstrações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	%
B.P.	0	0	0	0	0	0	0%
DRE	0	0	0	0	0	0	0%
DVA	0	0	0	0	0	0	0%
DMPL	0	0	0	0	0	0	0%
DRA	0	0	0	0	0	0	0%
Notas Explicativas	1	3	3	3	1	2	100%
Parecer dos Auditores	0	0	0	0	0	0	0%
Total de evidenciações	1	3	3	3	1	2	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Com relação ao termo “naturezas”, houve pouca divulgação e de forma uniforme nos 6 anos analisados. Já o termo “naturais”, não houve ocorrência em nenhuma demonstração nos anos analisados.

Ao analisar os termos “sustentabilidade”, “sustentável” e “sustentáveis”, observou-se que estes não aparecem nas demonstrações analisadas.

No quadro abaixo pode ser observado de forma geral à classificação das palavras analisadas conforme o tipo de notícia divulgada, sendo classificados os mesmos como informação positiva: considerada como créditos para a empresa, informação negativa: descredito e neutra: informações sem peso positivo ou negativo.



Tabela 6: Classificação

	2011			2012			2013			2014			2015			2016			
Classificação	P	N	Ng	P	N	Ng	P	N	Ng	P	N	Ng	P	N	Ng	P	N	Ng	T
Ambientais	0	3	3	0	6	5	0	3	3	0	4	5	0	5	6	0	6	3	52
Natureza	0	7	0	0	7	0	0	9	0	0	10	0	0	9	0	0	12	0	12
Ambiente	0	2	0	0	2	0	0	3	0	0	3	0	0	3	0	3	3	1	7
Sustentabilidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sustentável	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sustentáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ambiental	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	2	4
Natural	0	1	0	0	3	0	0	3	0	0	3	0	0	1	0	0	2	0	2
Naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Naturezas	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	1	14	3	0	20	5	1	19	3	1	21	5	1	18	7	4	24	6	34

Fonte: Elaborado pelas autoras

Legenda dos tipos:

P: informações positivas

N: informações neutras

NG: informações negativas

Observou-se no quadro acima, que a predominância se encontra nos itens classificados como neutro. Porém no ano de 2015, ano do acidente, a palavra “ambientais” foi citada 11 vezes, destas 6 foram consideradas negativas à imagem da empresa.

Entre os anos de 2015 e 2016 notou-se um pequeno decréscimo de palavras negativas e um aumento considerável nos termos classificados como positivo.

Essa mudança pode estar diretamente relacionada ao acidente de sua controlada da Vale S.A., Samarco, um empreendimento de lavra, beneficiamento e concentração de minério de ferro, instalada no município de Mariana-MG, a qual em 2015 foi afetada pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro, conhecida como Barragem de Fundão, afetando comunidades e ecossistemas.

Cabe ressaltar que nas demonstrações divulgadas em 2015, a Vale S.A. evidenciou em nota explicativa o ocorrido na empresa Samarco, mostrando-se ciente do problema. Ainda inteirou que o impacto no Balanço Patrimonial e na demonstração do resultado limitou-se a sua participação no capital social da Samarco, visto que a mesma é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. A Vale S.A. também disponibilizou informações sobre os impactos causados, evidenciando que em 2015 o investimento da Vale S.A. na Samarco foi reduzido a zero, salientando que nenhum passivo foi registrado em suas demonstrações e que isso só seria divulgado quando houvesse de fato o passivo (desembolso).

Comparando-se os resultados com o estudo de Mello *et al.* (2014), verifica-se que o resultado quanto a classificação dos termos utilizados para análise, é semelhante, uma vez que houve a predominância de itens classificados como “neutro”. Ainda, depreende-se que no estudo de Mello *et al.* (2014), as declarações classificadas como “despesa ambiental” e as evidências relacionadas a “passivo ambiental”, encontravam-se distribuídas entre as notas explicativas e os relatórios da administração.

Em que pese, o presente estudo tenha desconsiderado os relatórios da administração da empresa Vale S.A., também se constatou que os termos analisados foram encontrados, predominantemente, nas notas explicativas da empresa, cabendo salientar, inclusive que, uma das principais tragédias ambientais brasileira, causada pela empresa Samarco, foi evidenciada somente nas notas explicativas de sua controladora, com ressalva de que não houve nenhum registro de passivo, nas demonstrações contábeis, devido à iliquidez dos valores.

Ainda, no estudo de Mello *et al.* (2014), averiguou-se que houve ressalva com relação aos termos “passivo ambiental” e “despesa ambiental” por serem tratados em diversos relatórios com características diferentes, que sob a ótica da comparabilidade, pode dificultar o entendimento dos usuários e interferir no processo de tomada de decisão, uma vez que este deve ser realizado de forma tempestiva e muitas vezes isso não permite uma análise criteriosa de todas as informações prestadas pela companhia.

Com relação ao presente estudo, verificou-se que não houve registro de passivos contingentes decorrentes da queda da Barragem de Fundão, nas demonstrações contábeis da controladora Vale S.A., porém exposto em notas explicativas o motivo de não estimativa exata deste passivo.

Seguindo, serão apresentados as considerações finais referente a pesquisa realizada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho alcançou seu objetivo de analisar as informações de natureza ambiental divulgadas nos relatórios contábeis pela empresa Vale S.A., no período anterior e posterior ao acidente ocorrido na região – MG em 2015, com o intuito de verificar se ocorreram alterações significativas após o rompimento da Barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco, controlada da Vale S.A. e BHP.

As análises revelaram que as informações de natureza ambiental demonstradas pela empresa Vale S.A. não sofreram alterações relevantes em suas divulgações após o rompimento da Barragem de Fundão, podendo-se observar, que em sua maioria as informações não são relacionadas ao meio ambiente, e ao acidente ocorrido em Minas Gerais, sendo a maior parte classificadas como neutra: informações sem peso positivo ou negativo.

Ainda constatou-se que as poucas informações relacionadas ao rompimento da Barragem de Fundão, não apresentaram alterações relevantes nas demonstrações contábeis da Vale S.A., sendo que, quando houve menção a tal ocorrido, estas foram discriminadas somente em notas explicativas, informando que não houve registro de passivos devido à iliquidez dos valores, logo, esclareceu que os mesmos, só seriam divulgados quando houvesse de fato o desembolso financeiro relacionado ao desastre.

Salienta-se ainda, que não há obrigatoriedade nem um padrão definido para a publicação das informações de caráter ambiental. Contudo, a empresa analisada publica relatórios anuais de sustentabilidade, mas que não foram analisados no presente trabalho.



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS
7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Como sugestão a futuras pesquisas, recomenda-se a realização de estudos que analisem um período com maior abrangência, principalmente os anos posteriores ao acidente ocorrido em Mariana-MG, em 2015, bem como que, além das demonstrações contábeis, os relatórios anuais de sustentabilidades publicados, também sejam analisados.

Ainda, sugere-se que sejam executadas pesquisas futuras, que analisem e comparem a evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis das empresas, a fim de identificar, por exemplo, a evolução e padronização da divulgação dessas informações ao longo do tempo.



REFERÊNCIAS

- Bauer, M. M., & Naime, R. (2012). Estado da Arte da Evidenciação Social e Ambiental Voluntária. REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, edição especial Rio+20. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/72/pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.
- Barros, A. J. S. de, & Lehfeld, N. A. S. de. (2007). Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson.
- Barbosa, E. de S., Oliveira Á. T. A., Silva R. P. de A., & Rezende I. C. C. (2014). Evidenciação das Informações Ambientais segundo a NBC T-15: Um Estudo nas Empresas do Setor de Papel e Celulose de 2006 a 2010. REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade. Vol.4, nº 1, p. 19-41. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/viewFile/108/pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BP vai pagar US\$ 18,7 bi por desastre no golfo do México. (2015). Valor econômico. Disponível em <<http://www.valor.com.br/empresas/4118944/bp-vai-pagar-us-187-bi-por-desastre-no-golfo-do-mexico>>. Acesso em: 02 jul. 2016.
- Braga, C. (2007). Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas.
- Carneiro, J. E., Luca M. M. M. D., & Oliveira M. C. (2008). Análise das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras das empresas petroquímicas brasileiras listadas na Bovespa. Revista Contabilidade Vista e Revista, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p.39-67.
- Cervo, A. L., Silva, R. da., & Bervian, P. A. (2007). Metodologia científica. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Comissão de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **CPC 25**: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília, 16 set. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2006.pdf>. Acesso em: 07 set. 2016.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Resolução Nº. 1.003/04 de 19 de Agosto de 2004 (2004). Aprova a NBC-T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília – DF. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acesso em: 11 out. 2016.
- Ferreira, J. da S., Rover, S., Ferreira, D. D. M., & Borba, J. A. (2016). Informações financeiras ambientais: diferença entre o nível de disclosure entre empresas brasileiras. A Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v.10, n. 1. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/1334>>. Acesso em: 15 ago. 2016.



Flores, J. A., & Flores, C. R. (2012). Contabilidade Ambiental e Sustentabilidade: Um Estudo da Evolução das Normas Brasileiras de Contabilidade, Rondônia, v. 1, n. 1. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rolindemoura/issue/view/208>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

Freire, F. de. S., & Rebouças, T. R. da. S. (2001). Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (organizadores). Balanço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas.

Freitas, J. (2012). Sustentabilidade: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum.

Gil, A. C. (2002). Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 175 p.

Marconi, M. de. A., & Lakatos, E. M. (2010). Fundamento de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas.

Martins, G. de. A., & Theóphilo, C. R. (2009). Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 2. Ed. São Paulo: Atlas.

Mello, D. C. da. S., Cesaro, D. De., Necher, D. S. dos. S., & Reis, L. G. dos. (2014). Disclosure ambiental: uma análise das informações ambientais nas demonstrações financeiras da petrobras no período de 2007 a 2012. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 19, n.3, p. 88 - p. 101, set/dez. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/9527>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Michel, M. H. (2009). Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. 2. ed. São Paulo. Atlas.

Novelini, C. P., & Fregonesi, M. S. F. (2013). A análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis. Revista de Contabilidade e Organizações, São Paulo, v. 7, n. 17, p.85-97, 30 jul. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/56695>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

Oleiro, W. N., & Schmidt, E. B. (2016). Contabilidade ambiental – uma análise da aplicação prática como potencializadora de informações socioambientais nas demonstrações contábeis. Revista Ambiente Contábil, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 1. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/7423>>. Acesso em: 27 ago. 2016

Oliveira, J. A. P. (2016). Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. Rae Eletrônica, v.4, n.1, 2005. Disponível em: < <http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol4-num1-2005/avaliacao-balancos-sociais-500-maiores> >. Acesso em 19 set. 2016.

Pires, C. B., & Silveira, F. C. S. (2008). A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. Revista ConTexto, Porto Alegre, v.8, n. 13. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11104>>. Acesso em: 30 ago. 2016.



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS
7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Rover, S., & Borba, A. J. (2006). A evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis das empresas que atuam no Brasil e que negociam ações na bolsa de valores dos Estados Unidos: uma análise das demonstrações (cvf) e do relatório 20-f (sec). In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3., São Paulo. Anais... São Paulo: USP. Disponível em:
<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos32006/an_resumo.asp?cod_trabalho=636>
. Acesso em: 30 set. 2016.

Silva, M. B. de., & Grigolo, T. M. (2002). Metodologia para a iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC.

Teotônio, A. N. A., Estival, K. G. S., Oliveira, L. B. de., & Correa, S. R. S. (2013). O papel da contabilidade na evidenciação da responsabilidade socioambiental. Revista de Ciências Gerais. Vol.17, nº 26, p. 73-86. Disponível em:
<<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/view/1557>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

Terreo, G. (2014). Entrevista: Glaucia Terreo, representante da global Reporting Initiative (GRI) no Brasil, fala sobre a evolução dos relatórios de sustentabilidade.. [Entrevista com Karen Pegorari Silveira]. FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/entrevista-glaucia-terreo-representante-da-global-reporting-initiative-gri-no-brasil-fala-sobre-a-evolucao-dos-relatorios-de-sustentabilidade/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

Tinoco, J. E. P. (2001). Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas.

Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2008). Contabilidade e gestão ambiental. 2 ed. São Paulo: Atlas.

Wink, P. K. da. S. (2012). Reação aos acidentes ambientais: evidências em uma empresa de mineração do mercado brasileiro. 98 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.